



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

*Usina de Energia Eólica São
João SPE S.A.*



Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025


ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras...	3
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Demonstração dos resultados	6
Balanco patrimonial.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Notas explicativas.....	9
1 Informações gerais e base de preparação	9
1.1 Informações gerais.....	9
1.2 Base de preparação e políticas contábeis	10
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação	11
2 Principais informações financeiras	11
2.1 Resultado do exercício.....	11
2.2 Ativos e passivos financeiros	13
2.3 Ativos e passivos não-financeiros.....	20
2.4 Patrimônio líquido	22
3 Estimativas críticas e riscos	22
3.1 Estimativas críticas e julgamentos.....	23
3.2 Gestão de riscos.....	23
4 Itens não reconhecidos	25
4.1 Contingências	25
5 Outras informações.....	25
5.1 Transações com partes relacionadas	25
5.2 Seguros	26
6 Principais práticas contábeis adotadas	26
6.1 Caixa e equivalentes de caixa	26
6.2 Imobilizado	26
6.3 Intangível	27
6.4 Redução ao valor recuperável ("impairment")	28
6.5 Empréstimos e financiamentos.....	28
6.6 Provisões.....	28
6.7 Tributação.....	29
6.8 Outros ativos e passivos	30
6.9 Reconhecimento de receita.....	30
6.10 Instrumentos financeiros	30
6.11 Passivo de arrendamentos.....	31
6.12 Normas novas e alteradas em vigor no exercício corrente.....	31
6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes	31

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.
São Miguel do Gostoso - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2026

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:

7017104222064EF
Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ 086312/O-6

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.



Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais R\$



	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do IRPJ e CSLL		(2.260)	716
Ajustes por			
Resultado financeiro - provisão de juros	2.1.3	5.395	4.613
Depreciações e amortizações	2.1.2	3.719	3.625
Penalidades contratuais - reversão/provisão	2.1.1	12.086	7.495
Recálculo das penalidades pagas - atualização financeira	2.2.8	-	707
Penalidades contratuais - atualização financeira	2.1.3	256	707
Ajuste a valor presente	2.1.3	112	103
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.2.4	737	-
Rendimento de aplicação financeira	2.1.3	(3.097)	(2.000)
Diminuição (aumento) nos ativos			
Contas a receber		(1.934)	(404)
Adiantamentos a fornecedores		54	96
Despesas antecipadas		333	(26)
Outros ativos		(745)	(117)
Aumento (diminuição) nos passivos			
Fornecedores		(364)	105
Obrigações fiscais e trabalhistas		(44)	(184)
Contas a pagar – partes relacionadas		(8)	138
Penalidades contratuais suspensas - pagamento	2.2.8	(1.710)	(3.402)
Recursos provenientes das atividades operacionais		12.530	12.172
Juros pagos sobre financiamento	2.2.7	(3.106)	(3.404)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.374)	(1.399)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais		8.050	7.369
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(667)	305
Aquisições de imobilizado	2.3.1	-	(83)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos (consumidos) gerados pelas atividades de investimento		(667)	222
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	2.2.7	(4.697)	(4.270)
Dividendos pagos		-	(546)
Pagamento de arrendamento	2.2.9	(421)	(407)
Aumento de capital	2.4.1	719	83
Resgates da reserva de capital	2.4.2	(2.574)	(2.438)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos (consumidos) pelas atividades de financiamento		(6.973)	(7.578)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		410	13
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.2.2	784	771
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		410	13
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.2.2	1.194	784
Transações que não afetam o caixa			
Passivo de arrendamento	2.2.9	(82)	(176)
Provisão desmobilização	2.3.1	-	8
Baixa valores prescritos	2.1.2	(32)	51

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.



Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais R\$



	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional com fornecimento de energia, líquida	2.1.1(a)	12.041	15.580
Outras receitas operacionais	2.1.1 (b)	1.051	1.015
Custo dos serviços	2.1.2	(11.963)	(11.890)
Resultado bruto		1.129	4.705
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	2.1.2	(632)	(707)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		497	3.998
Despesas financeiras		(5.938)	(5.282)
Receitas financeiras		3.181	2.000
Resultado financeiro	2.1.3	(2.757)	(3.282)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(2.260)	716
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	(2.052)	(1.341)
Prejuízo do exercício		(4.312)	(625)

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais R\$

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.2.2	1.194	784
Contas a receber	2.2.4	4.520	3.241
Adiantamentos a fornecedores		18	40
Despesas antecipadas		-	333
Outros ativos	2.2.5	938	766
Total do ativo circulante		6.670	5.164
Não Circulante			
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	26.940	23.176
Contas a receber	2.2.4	410	-
Outros ativos	2.2.5	1.041	468
Imobilizado	2.3.1	87.107	90.582
Intangível	2.3.2	2.492	2.654
Total do ativo não circulante		117.990	116.880
Total do Ativo		124.660	122.044

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	2.2.6	980	1.344
Empréstimos e financiamentos	2.2.7	5.819	4.421
Obrigações fiscais e trabalhistas		1.158	525
Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1	151	159
Penalidades contratuais	2.2.8	15.811	12.910
Passivo de arrendamentos	2.2.9	161	166
Total do passivo circulante		24.080	19.525
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	2.2.7	30.206	34.265
Penalidades contratuais	2.2.8	11.034	2.779
Passivo de arrendamentos	2.2.9	2.760	2.841
Obrigação pela desmobilização de ativos		1.335	1.222
Total do passivo não circulante		45.335	41.107
Total do passivo		69.415	60.632
Patrimônio Líquido			
	2.4		
Capital social		58.606	57.887
Reserva de capital		778	3.352
Reserva de lucro		-	173
Prejuízo acumulado		(4.139)	-
Total do patrimônio líquido		55.245	61.412
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		124.660	122.044

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais R\$

	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros			Prejuízos Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		57.804	3.192	798	2.598	3.396	-	64.392
Aumento de capital	2.4.2	83	-	-	-	-	-	83
Resgates da reserva de capital	2.4.2	-	(2.438)	-	-	-	-	(2.438)
Constituição de reserva de capital		-	2.598	-	(2.598)	(2.598)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(625)	(625)
Destinação do prejuízo								
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	-	(625)	(625)	625	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		57.887	3.352	798	(625)	173	-	61.412
Aumento de capital	2.4.1	719	-	-	-	-	-	719
Resgates da reserva de capital	2.4.2	-	(2.574)	-	-	-	-	(2.574)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(4.312)	(4.312)
Destinação do prejuízo								
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	(798)	625	(173)	173	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		58.606	778	-	-	-	(4.139)	55.245

Notas explicativas

1 Informações gerais e base de preparação

Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

1.1 Informações gerais

A Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado constituída em 24/10/2011, tem com sede administrativa e foro jurídico no município de São Miguel do Gostoso, no estado do Rio Grande do Norte na Rodovia RN 221, s/n, KM 18, Bairro: Zona Rural - CEP: 59.585-000. A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido no parque eólico denominado São João.

A Companhia recebeu a declaração de apta pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 30 de junho de 2015, porém não iniciou a operação, pois a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) não havia concluído a Subestação de Transmissão, fato que ocorreu em junho de 2017. Conforme previsto no CER - Contrato de Leilão de Energia de Reserva, a Companhia começou a faturar o Contrato, independentemente de estar gerando energia, a partir do recebimento da declaração de apta.

Autorização do Parque Eólico São João

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 173 de 22 de março de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL São João, constituída de 9 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 26 de março de 2012 e o término em 26 de março de 2047, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da Companhia.

A Companhia entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 20 de junho de 2017, a Companhia entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.725, de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Companhia passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96.

Contrato de Energia de Reserva – CER

A Companhia firmou em 8 de agosto de 2012 um Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de energia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurada no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva promovida pela ANEEL em 2011. Por este contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de julho de 2014, ao preço original de R\$ 98,92 reais/MWh (agosto de 2011), reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). A data de início de suprimento de energia foi postergada de 1º de abril de 2015 a 31 de março de 2035 através do primeiro termo aditivo ao contrato de energia de reserva - CER Nº 167/11 datado de 27 de janeiro de 2015.

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



O Contrato de Energia de Reserva estabelece que o vendedor é o responsável pela entrega da energia contratada, no centro de gravidade do submercado onde estão localizados os parques eólicos, exclusivamente mediante geração de energia proveniente desses parques. Em razão do seu objeto, a partir da data de início de suprimento, toda garantia física dos parques eólicos é comprometida com o contrato, por todo o período de suprimento.

O Contrato também estabelece que no caso de a energia gerada ser superior à energia contratada, o vendedor fica impedido de negociar o montante de energia associado a essa variação em qualquer ambiente de comercialização, devendo a CCEE contabilizar toda a energia gerada no âmbito do contrato. A eventual verificação de entrega de energia em montantes superiores aos contratados, observadas as disposições estabelecidas no Contrato de Energia de Reserva, sujeitará a CCEE ao pagamento da receita variável.

Nesse sentido, a receita fixa corresponde ao pagamento associado à energia contratada, condicionada à entrada em operação comercial do Parque Eólico. O vendedor tem direito a receber, a partir do início do período de entrega da energia contrata, em relação a cada mês desse período, um duodécimo do valor da receita fixa. O efetivo pagamento se dá na proporção da potência da(s) unidade(s) geradora(s) em operação comercial em relação à potência do Parque Eólico, enquanto a receita variável corresponde ao pagamento associado à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia que extrapolar o limite superior da faixa de tolerância (>30% da energia efetivamente vendida contratualmente), conforme apuração realizada ao final de cada ano contratual, paga em 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte; e à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia contida na faixa de tolerância e proveniente de desvios positivos de geração, que não tenha sido objeto de repasse e/ou de cessão, conforme apuração realizada ao final de cada quadriênio, paga em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais ao longo dos dois primeiros anos contratuais do quadriênio seguinte.

Capital circulante líquido negativo

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e entende que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando em 31 de dezembro de 2025, mesmo com capital circulante negativo no montante de R\$ 17.410 (R\$ 14.361, em 31 de dezembro de 2024), tendo em vista que este saldo é impactado principalmente pela rubrica de penalidades registrado no circulante, assim como de empréstimos e financiamentos. Cabe destacar que, embora os contratos de venda de energia elétrica de longo prazo continuem vigentes, os valores registrados no ativo circulante referem-se apenas às receitas já realizadas por competência mensais que serão liquidadas no mês subsequente, não refletindo o valor total contratual a receber ao longo do prazo dos contratos. Nesse sentido, a Administração entende que a Companhia dispõe de estrutura operacional e financeira suficiente para conduzir suas atividades normalmente, sendo as presentes demonstrações financeiras elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 4 de fevereiro de 2026.

1.2 Base de preparação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

2.1 Resultado do exercício**2.1.1 Receita operacional líquida****2.1.1.(a) Receita operacional com fornecimento de energia, líquida**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta de fornecimento - CCEE	24.647	23.664
Penalidade - CCEE	(12.086)	(7.495)
Tributos sobre receita	(520)	(589)
Total de receita operacional com fornecimento de energia, líquida	<u>12.041</u>	<u>15.580</u>

As penalidades apuradas para o exercício totalizam um montante de R\$ 12.086 (Nota 2.2.8), sendo majoritariamente composta por:

- R\$ 8.456 referente a penalidade anual finalizada do 3º ano do 3º quadriênio (julho/2024 a junho/2025), R\$ 8.026 referente a penalidade anual corrente apurada para o 4º ano do 3º quadriênio (julho/2025 a junho/2026); (R\$ 492) referente ao ressarcimento apurado para o 3º quadriênio (julho/2022 a junho/2026) e R\$ 16 referente ao recálculo da penalidade contratual do 4º ano do 2º quadriênio (julho/2021 a junho/2022).
- Reversão da provisão de penalidade anual corrente registrada em dezembro/2024 de (R\$ 3.328) e penalidade quadrienal corrente de (R\$ 560).

2.1.1.(b) Outras receitas operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outras receitas operacionais	1.788	1.015
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(737)	-
Total de outras receitas operacionais, líquida	<u>1.051</u>	<u>1.015</u>

Saldo do exercício:

- Emissão do documento do valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção devido a indisponibilidade do parque Carnaúba acima do previsto em contrato, sendo eles R\$ 1.088 registrados em março de 2025, assim como a reversão da provisão de

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.


Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025


Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

(R\$ 920) realizada no exercício comparativo e R\$ 1.620 registrados em dezembro de 2025 (R\$ 328 referente a indisponibilidade do parque e R\$ 687 referente a receita da venda de crédito de carbono para 31 de dezembro de 2024).

- Os créditos a receber decorrentes das cláusulas de indenização por indisponibilidade técnica previstas nos contratos junto aos fornecedores configuram direitos contratuais já constituídos, de natureza indenizatória. A incerteza existente limita-se ao momento e à forma de liquidação financeira, não afetando a existência do direito. Dessa forma foi constituído em 31 de dezembro de 2025 o montante de (R\$ 737) a título de provisão para perdas de crédito.

2.1.2 Custos e despesas por natureza

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custos	Despesas	Custos	Despesas
Depreciações e amortizações	(3.719)	-	(3.625)	-
Encargos setoriais	(2.868)	-	(2.806)	-
Serviços de operação & manutenção	(3.538)	-	(3.441)	-
Serviços de operação & manutenção - Partes Relacionadas	(1.510)	-	(1.437)	-
Seguros	(333)	-	(325)	-
Aluguel	15	-	(26)	-
Energia comprada para revenda	(10)	-	(5)	-
Outros custos	-	-	(225)	-
Serviços	-	(353)	-	(372)
Despesas administrativas gerais	-	(241)	-	(334)
Despesas Legais e Judiciais	-	(6)	-	(52)
Outras despesas	-	(32)	-	51
	(11.963)	(632)	(11.890)	(707)

2.1.3 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.097	2.000
Outras receitas financeiras	84	-
Total	3.181	2.000
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.142)	(4.356)
Juros sobre passivos de arrendamentos	(253)	(257)
Ajuste a valor presente	(112)	(103)
Recálculo de penalidades pagas - provisão/reversão	-	712
Recálculo de penalidades pagas - atualização financeira	-	(707)
Atualização penalidades suspensas	(256)	(707)
Outras despesas financeiras	(175)	136
Total	(5.938)	(5.282)
Total de resultado financeiro	(2.757)	(3.282)

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.


Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma


2.1.4 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas (Nota 2.1.1)	24.647	23.664
Penalidades contratuais (Nota 2.1.1)	(12.086)	(7.495)
Base ajustada	12.561	16.169
Outras receitas	-	687
Base ajustada	-	687
Presunção Imposto de Renda - 8% (a)	1.005	1.294
Presunção contribuição social - 12% (b)	1.507	1.940
Presunção imposto de renda e contribuição social - 32% (c)	-	220
Demais Receitas e Ganhos de capital (d)	4.969	2.328
Base de Cálculo - IRPJ (a)+(c)+(d)	5.974	3.842
Imposto de renda: 15%	(896)	(576)
Adicional de Imposto de Renda: 10%	(573)	(361)
Total IRPJ	(1.469)	(937)
Base de Cálculo - CSLL (b)+(c)+(d)	6.476	4.488
Contribuição social: 9%	(583)	(404)
Total de CSLL	(583)	(404)
Total IRPJ e CSLL	(2.052)	(1.341)

2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro

2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	1.194	784
Contas a receber	4.930	3.241
Títulos e valores mobiliários	26.940	23.176
Outros ativos	1.979	1.234
Total ativos financeiros	35.043	28.435
Passivos financeiros		
Fornecedores	(980)	(1.344)
Empréstimos e financiamentos	(36.025)	(38.686)
Passivo de arrendamento	(2.921)	(3.007)
Penalidades contratuais	(26.845)	(15.689)
Contas a pagar - partes relacionadas	(151)	(159)
Total de passivos financeiros	(66.922)	(58.885)
Ativos (passivos) financeiros, líquidos	(31.879)	(30.450)

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.


Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	4	4
Aplicações financeiras	1.190	780
	<u>1.194</u>	<u>784</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário com liquidez imediata. O CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade variou de 96,5% a 97% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Ambas as aplicações são mantidas junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reserva SPE (1)	21.918	17.751
Serviço da dívida – empréstimo BNDES (2)	2.616	2.338
Serviços de manutenção - O&M (2)	1.087	972
Conta Centralizadora (3)	1.316	2.105
Outras aplicações restritas	<u>3</u>	<u>10</u>
Total	<u>26.940</u>	<u>23.176</u>

(1) Conta Reserva SPE é a conta para qual é destinada a totalidade dos recursos remanescentes da conta Centralizadora, depois de observada a destinação dos pagamentos para as contas de O&M e de Serviço da Dívida, conforme definido em contrato juntos ao ente financiador.

(2) Contas reservas que foram constituídas em junho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva do Serviço da Dívida e Serviço de manutenção - O&M deve corresponder, minimamente em 31 de dezembro de 2025, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.

(3) Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia de contratos de empréstimos (nota explicativa 2.2.7).

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 97,7% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

2.2.4 Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo é composto da seguinte forma:

- Valor a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) de R\$ 2.106 (R\$ 1.992 em 31 de dezembro de 2024) referente à receita fixa de geração de energia eólica. O prazo médio de recebimento dos valores relativos as vendas de energia são de 45 dias da data do faturamento. Mais detalhes do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) estão detalhados na Nota 1;
- Valor de R\$ 492 referente ao ressarcimento quadrienal apurado para o exercício (Nota 2.1.1);
- Rubrica de clientes diversos no valor de R\$ 3.069 (R\$ 1.249 em 31 de dezembro de 2024) majoritariamente composta pelo valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção, assim como R\$ 737 registrados como provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 2.1.1.(b)).

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo Circulante		
Receita Fixa (*)	2.106	1.992
Ressarcimento (**)	82	-
Cientes diversos	3.069	1.249
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (***)	(737)	-
Total	<u>4.520</u>	<u>3.241</u>
Ativo não circulante		
Ressarcimento (**)	410	-
Total	<u>410</u>	<u>-</u>
Total contas a receber	<u>4.930</u>	<u>3.241</u>

(*) Referente à receita fixa de geração de energia eólica, após a declaração de apta recebida da ANEEL em 30 de junho de 2015.

(**) Referente a provisão de receita variável do contrato CER (Nota 1)

(***) Referente a provisão para perdas de créditos (Nota 2.1.1)

Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento com o BNDES (Nota 2.2.7).

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.


Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025


Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.5 Outros ativos

O saldo é composto majoritariamente pelos impostos apurados por competência sobre as penalidades contratuais, no valor de R\$ 1.592. A composição está assim demonstrada:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Outros impostos – PIS, COFINS, IRPJ, CSLL	938	766
Total	938	766
Ativo não circulante		
Outros impostos – PIS, COFINS, IRPJ, CSLL	654	165
Depósito judicial	387	303
Total	1.041	468
Total de outros ativos	1.979	1.234

2.2.6 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços	716	652
Encargos setoriais	264	248
Outros	-	95
Seguros (*)	-	349
Total de fornecedores	980	1.344

(*) No primeiro trimestre de 2025, o valor referente aos seguros foi integralmente quitado

2.2.7 Empréstimos e financiamentos**2.2.7.1 Composição de saldo**

	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos					
BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	36.025	38.686
				36.025	38.686
Total circulante				5.819	4.421
Total não circulante				30.206	34.265

O financiamento junto ao BNDES possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia.

A taxa efetiva do financiamento em 31 de dezembro de 2025 é de 10,70% (10,53% para 31 de dezembro de 2024).

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



2.2.7.2 Movimentação dos empréstimos, nos exercícios

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	38.686	42.004
Juros incorridos	5.142	4.356
Juros pagos	(3.106)	(3.404)
Amortização de principal	(4.697)	(4.270)
Saldo final	36.025	38.686

2.2.7.3 Cláusulas restritivas

O financiamento junto ao BNDES estabelece que o ICSD (Índice de cobertura do serviço da dívida) deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social da Companhia.

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida].

Em 31 de dezembro de 2025 o referido índice atingiu o número de 2,95 (2024 – 3,28) conforme apresentado abaixo:

	Cálculo do ICSD
Caixa e aplicações financeiras do ano anterior	23.960
(-) Conta reserva do serviço da dívida	(2.338)
(-) Conta reserva O&M	(972)
(A) Caixa inicial das atividades	20.650
Ajustes no EBITDA	
Prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025	(4.312)
(+) Provisão de imposto de renda e contribuição social	2.052
(+/-) Resultado financeiro	2.757
(+) Depreciação e amortização	3.719
EBITDA ajustado	4.216
(-) Despesas de imposto de renda e contribuição social apurada no exercício, líquido de diferimento	(1.823)
(B) EBITDA ajustado com efeito do imposto de renda e contribuição social	2.393
(C) Serviço da dívida no ano de referência, correspondente ao somatório do valor do principal e juros da dívida com o BNDES	7.803
Índice de cobertura do serviço de dívida (A + B) / (C)	2,95

2.2.7.4 Garantias

São garantias do contrato do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (9 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na Nota 2.3.1) e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

2.2.8 Penalidades contratuais

O contrato de energia de reserva celebrado estabelece que sejam apuradas em cada ano contratual (período de julho a junho) as diferenças entre a energia gerada da usina e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (extrapolando a faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso na cláusula 10 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio, valorada ao preço de venda vigente.

O ressarcimento por desvios positivos (acima da faixa de tolerância - 30%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 70% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 30% de geração serão ressarcidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial, valorada ao preço de venda vigente.

Durante o primeiro quadriênio, findo em junho de 2018, a energia gerada pela Companhia ficou abaixo do volume contratado. Desta forma, conforme previsto na cláusula 4ª do Contrato de Energia de Reserva, a Companhia teve a energia contratual revisada para o segundo quadriênio e, como consequência, houve uma redução da receita fixa do empreendimento. O desempenho do parque no segundo quadriênio (julho de 2018 – junho de 2022) foi objeto de revisão do montante de energia contratada, sendo que, a partir de julho de 2022, o parque passou a ter 13,3 MW médios de energia contratada para o período que compreende julho de 2022 a junho de 2026, montante 5,0% inferior quadriênio anterior (14,0 MW méd).

Diante disso, houve uma redução na receita fixa para o terceiro quadriênio. Caso a produção de energia melhore nos próximos quatro anos, o volume contratual poderá retornar ao volume originalmente contratado no leilão a partir do início do quarto quadriênio.

Em dezembro de 2025 a Companhia registra um valor de R\$ 26.845 referente a provisão para penalidades contratuais, sendo R\$ 3.030 referente às penalidades anuais do período de julho de 2021 a junho de 2022 (4º ano do 2º quadriênio contratual), R\$ 1.967 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2018 a junho de 2022 (2º quadriênio contratual), R\$ 5.353 referente às penalidades anuais do período de julho de 2023 a junho de 2024 (2º ano do 3º quadriênio), R\$ 8.469 referente às penalidades anuais do período de julho de 2024 a junho de 2025 (3º ano do 3º quadriênio) e R\$ 8.026 referente à penalidade anual do período de julho de 2025 a junho de 2026 (4º ano do 3º quadriênio contratual).

No segundo semestre de 2025, as restrições de geração impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) na região Nordeste do Brasil aumentaram significativamente em comparação com o mesmo período de 2024, processo este chamado de curtailment, o qual pode ser atribuído a uma combinação de fatores estruturais e conjunturais.

Em 24 de novembro de 2025 foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, que define um novo marco regulatório para o setor elétrico, trazendo dispositivos que permitirão compensação financeira aos agentes de geração de energia eólica conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), visando cobrir perdas financeiras decorrentes de cortes de geração motivados por indisponibilidade externa ou por requisitos de confiabilidade elétrica da operação do sistema. Tal compensação será aplicada aos eventos ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e a data de entrada em vigor desta Lei, estando condicionada ao atendimento dos requisitos nesta previstos, incluindo a celebração de termo de compromisso com o Poder Concedente.

Na data-base das demonstrações financeiras, a Administração avaliará o cumprimento das condições para o enquadramento da Companhia no referido mecanismo, portanto não houve

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.


Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



reconhecimento contábil à referida compensação, sendo o assunto divulgado para fins informativos.

Os valores em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	15.689	10.182
Penalidade contratual - reversão exercício anterior	(3.888)	(853)
Recálculo de penalidades pagas - provisão/reversão	16	(712)
Recálculo de penalidades pagas - atualização financeira	-	707
Atualização financeira	256	707
Saldo de pagamento penalidades suspensas - (2º anuênio - julho/2019 a junho/2020)	-	(2.528)
Saldo de pagamento penalidades suspensas - (3º anuênio - julho/2020 a junho/2021)	-	(874)
Saldo de pagamento penalidades suspensas - (4º anuênio - julho/2021 a junho/2022)	(1.034)	-
Saldo de pagamento penalidades suspensas - (2º quadriênio - julho/2018 a junho/2022)	(676)	-
Penalidade contratual - finalizada	8.456	5.172
Penalidade contratual - em curso	8.026	3.888
Saldo final	<u>26.845</u>	<u>15.689</u>
Passivo circulante	15.811	12.910
Passivo não circulante	11.034	2.779

2.2.9 Passivos de arrendamento

A composição da movimentação sumária do ativo já está mencionada na NE 2.3.1. A movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Passivos de arrendamento	31/12/2024	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Adições	Transf CP/LP	31/12/2025
Passivo Circulante	166	-	(168)	-	-	163	161
Passivo Não Circulante	2.841	253	(253)	82	-	(163)	2.760
Total no Passivo	3.007	253	(421)	82	-	-	2.921

Passivos de arrendamento	31/12/2023	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Adições	Transf CP/LP	31/12/2024
Passivo Circulante	126	-	(150)	-	-	190	166
Passivo Não Circulante	2.855	257	(257)	130	46	(190)	2.841
Total no Passivo	2.981	257	(407)	130	46	-	3.007

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



2.3 Ativos e passivos não-financeiros

2.3.1 Imobilizado

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Imobilizado em operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	121.014	84.434	120.919	87.720
Total do imobilizado em operação	121.014	84.434	120.919	87.720
Bens em operação				
Máquinas e Equipamentos	241	88	241	110
Materiais Sobressalentes	221	150	221	160
Terrenos – direito de uso (Nota 2.2.9)	3.515	2.425	3.433	2.556
Veículos – direito de uso (Nota 2.2.9)	67	-	67	21
Instalações	33	3	33	7
Móveis e Utensílios	13	7	13	8
Total bem em operação	4.090	2.673	4.008	2.862
Total do imobilizado	125.104	87.107	124.927	90.582

Todo o montante de despesa de depreciação, no período, foi reconhecido nos custos operacionais. O financiamento junto ao BNDES (Nota 2.2.7) está garantido por 9 turbinas de para geração de energia no montante total de R\$ 76.891.

2.3.1.1 Movimentações em 2025

Imobilizado em operação	Valor líquido em 31/12/2024	Atualização contratual	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	87.720	-	(3.286)	84.434
Total do imobilizado em operação	87.720	-	(3.286)	84.434
Bens em operação				
Máquinas e Equipamentos	110	-	(22)	88
Materiais Sobressalentes	160	-	(10)	150
Terrenos – direito de uso (Nota 2.2.9)	2.556	82	(213)	2.425
Veículos – direito de uso (Nota 2.2.9)	21	-	(21)	-
Instalações	7	-	(4)	3
Móveis e Utensílios	8	-	(1)	7
Total do imobilizado em operação	2.862	82	(271)	2.673
Total do imobilizado	90.582	82	(3.557)	87.107

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.


Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



2.3.1.2 Movimentações no exercício comparativo

Imobilizado em operação	Valor líquido em 31/12/2023	Atualização contratual	Desmobilização	Adição	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	90.858	-	(8)	83	(3.213)	87.720
Total do imobilizado em operação	90.858	-	(8)	83	(3.213)	87.720
Bens em operação						
Máquinas e Equipamentos	128	-	-	-	(18)	110
Materiais Sobressalentes	169	-	-	-	(9)	160
Terrenos – direito de uso (Nota 2.2.9)	2.630	130	-	-	(204)	2.556
Veículos – direito de uso (Nota 2.2.9)	-	46	-	-	(25)	21
Instalações	10	-	-	-	(3)	7
Móveis e Utensílios	9	-	-	-	(1)	8
Total do imobilizado em operação	2.946	176	-	-	(260)	2.862
Total do imobilizado	93.804	176	(8)	83	(3.473)	90.582

2.3.2 Intangível

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Intangível em operação				
Intangível em operação	3.794	2.492	3.794	2.654
Software	35	-	35	-
Total do intangível em operação	3.829	2.492	3.829	2.654

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos incorridos até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de São Miguel do Gostoso antes do início da construção do parque.

2.3.2.1 Movimentações em 2025

	Valor líquido em 31/12/2024	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em operação			
Intangível em operação	2.654	(162)	2.492
Total do intangível	2.654	(162)	2.492

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma


2.3.2.2 Movimentações no exercício comparativo

	Valor líquido em 31/12/2023	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em operação			
Intangível em operação	2.806	(152)	2.654
Total do intangível	2.806	(152)	2.654

2.4 Patrimônio líquido
2.4.1 Capital social

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada em 24 de junho de 2025, foi autorizado pela acionista o aumento de capital no valor de R\$ 719 (setecentos e dezenove mil reais) mediante emissão de 719.385 (setecentas e dezenove mil, trezentas e oitenta e cinco) novas ações, (em 30 de junho de 2024 o valor de R\$ 83 (oitenta e três mil reais) mediante emissão de 83.000 (oitenta e três mil) novas ações), nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada.

O capital social da Companhia é de R\$ 58.606 (cinquenta e oito milhões, seiscentos e seis mil reais), dividido em 59.384.093 (cinquenta e nove milhões, trezentos e oitenta e quatro e noventa e três) ações ordinárias nominativas (em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 57.887 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e sete mil reais), dividido em 61.237.979 (sessenta e um milhões, duzentas e trinta e sete mil, novecentas e setenta e nove) ações ordinárias), sem valor nominal, integralmente detidas pela Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. A alteração da quantidade de ações da Companhia é devido à aplicação de reserva de capital, conforme explicitado na nota explicativa 2.4.2.

2.4.2 Reservas de capital

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 12 de janeiro de 2026 e nos termos do art. 44 da Lei das S.A. e do art. 7º do Estatuto Social da Companhia, foi resgatado reserva de capital no montante de R\$ 2.574, divididos em 2.573.271 ações ordinárias, durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.438 em 31 de dezembro de 2024 divididos em 2.437.980 ações ordinárias) sem redução do capital social da Companhia, conforme nota explicativa 2.4.1

2.4.3 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de reserva de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação, podendo ter constituição de dividendo adicional limitado ao cálculo do ICSD.

A companhia não apresentou lucro em 31 de dezembro de 2025.

3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento

A provisão para perda/ ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos.

Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos

Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como “custos de transação”. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Reconhecimento de danos liquidados

A garantia de disponibilidade é calculada de acordo com as premissas definidas no contrato. Se o contratado não cumprir essa garantia, deverá pagar as penalidades pela indisponibilidade. A garantia é especialmente útil em contratos de fornecimento e operação e manutenção de aerogeradores, onde atrasos ou falhas na entrega e manutenções podem causar prejuízos significativos e comprometer projetos. Dessa forma, a cláusula é usada para evitar disputas sobre o valor dos danos causados pelo inadimplemento.

3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Conselho de Administração

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia.
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.2.1 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

3.2.2 Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com o contrato de fornecimento (CER).

Toda a geração da usina foi vendida como energia de reserva, cujo custo é absorvido por todos os consumidores do sistema, que realizam os pagamentos por meio do Encargo de Energia de Reserva (EER). Existe a possibilidade de inadimplência por parte destes consumidores, e para mitigar esse risco, a CCEE gerencia a Conta de Energia de Reserva (CONER), por meio da qual é feito o recebimento dos pagamentos do EER.

3.2.3 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, conforme apresentado abaixo:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	980	-	-	-	980
Empréstimos e financiamentos	5.819	5.189	18.417	6.600	36.025
Contas a pagar - Partes Relacionadas	151	-	-	-	151
Passivos de arrendamentos	161	175	624	1.961	2.921
Penalidades contratuais	15.811	11.034	-	-	26.845

Em 31 de dezembro de 2024

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.


Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025


Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Fornecedores	1.344	-	-	-	1.344
Empréstimos e financiamentos	4.421	4.653	16.586	13.026	38.686
Contas a pagar - Partes Relacionadas	159	-	-	-	159
Passivos de arrendamentos	166	156	557	2.128	3.007
Penalidades contratuais	12.910	2.219	560	-	15.689

4 Itens não reconhecidos

Esta seção provê informações sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento.

4.1 Contingências

4.1.1 Perdas possíveis não provisionadas no Balanço

A Companhia possui os seguintes processos:

- Ações anulatórias de risco possível ajuizada perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte no montante atualizado de R\$ 789 com o intuito de cancelar Autos de Infração lavrados pelo Município de São Miguel do Gostoso para cobrança de taxa de localização e funcionamento necessária à expedição de alvarás de funcionamento do respectivo empreendimento.

5 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

5.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Voltalia como segue.

	31/12/2025	31/12/2024
	Passivo Contas a pagar	Passivo Contas a pagar
Circulante		
Voltalia Energia do Brasil Ltda	14	108
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	137	51
Total	151	159

	31/12/2025	31/12/2024
	Resultado (Serviços/Gastos Administrativos)	Resultado (Serviços/Gastos Administrativos)
Voltalia Energia do Brasil Ltda	(1.232)	(1.180)
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	(278)	(275)
Total	(1.510)	(1.455)

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



5.2 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da acionista majoritária no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

SEGUROS VIGENTES PARA O COMPLEXO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO (R\$ mil)			
	RAMO	VIGENCIA / SEGURADORA	VALOR EM RISCO
GARANTIA			
SÃO JOÃO	SEGURO GARANTIA CCT	30/09/2025 a 30/09/2026 - ZURICH	970
SÃO JOÃO	SEGURO RISCO OPERACIONAL	13/12/2025 A 13/12/2027 – SWISS RE	184.960
SÃO JOÃO	SEGURO RESP. CIVIL	13/11/2024 A 28/11/2026 - AXA	18.235

6 Principais práticas contábeis adotadas

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

6.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Turbinas Eólicas – 32 anos (2022 – 25 anos)

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

Desmobilização

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

6.3 Intangível

6.3.1 Ativos Intangíveis separadamente adquiridos

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos.

6.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

6.3.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

6.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

6.4.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

6.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

6.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

6.7 Tributação

6.7.1 Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social (“PIS”), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social (“COFINS”), alíquota de 3%;
- Imposto sobre serviços (“ISS”), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

6.7.2 Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na

apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

6.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

6.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

6.10 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada.

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

6.11 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza (“Custo dos produtos vendidos” / “Despesas Administrativas” / “Despesas Comerciais”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 8,84% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

6.12 Normas novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, o Grupo aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

Edital de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública

Em maio de 2025 o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

* * *

Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.

Membros da Administração

voltalia



MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Diretora Geral

Diana Paula Amaral Navas

Diretor Administrativo Financeiro

Adriano Fedalto

Conselho de Administração

Bernardo Grillo Hoelz

José Maurício Carneiro Leão Ferreira da Silva

Mauro Jose Bubniak

Contador

Ricardo César Gonçalves

CRC RJ 109527/O-7

Fale conosco

Brasil

*Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil
T.+55 2221-7190
voltalialatam@votalia.com*



www.votalia.com     